

# PROJETO DE LEI N.º 1.313-A, DE 2021

(Do Sr. Giovani Cherini)

Confere ao Município de Agudo-RS a denominação de Berço Nacional dos Dinossauros; tendo parecer da Comissão de Cultura, pela aprovação, com emenda (relatora: DEP. BIA KICIS).

### **DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

CULTURA; E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

# **APRECIAÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

## SUMÁRIO

- I Projeto inicial
- II Na Comissão de Cultura:
  - Parecer da relatora
  - Emenda oferecida pela relatora
  - Parecer da Comissão
  - Emenda adotada pela Comissão

# PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

(Do Sr. GIOVANI CHERINI)

Confere ao Município de Agudo-RS a denominação de Berço Nacional dos Dinossauros.

O Congresso Nacional decreta:

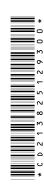
Art. 1º É conferido ao Município de Agudo no Estado do Rio Grande do Sul o título de Berço Nacional dos Dinossauros.

Art. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

# **JUSTIFICAÇÃO**

É fato notório e amplamente aceito, o fascínio de todos, especialmente, das crianças, pelos dinossauros, estes vertebrados, que há milhões de anos habitaram nosso planeta. O que pouca gente no mundo sabe e que todos os brasileiros merecem saber, é que no município de Agudo, localizado na Depressão Central Gaúcha e distante 240 km de Porto Alegre, foram encontrados fósseis de alguns dos mais antigos dinossauros do mundo. Na verdade, ao lado de nosso vizinho, a Argentina, somos o país (e no caso do RS, a unidade da federação) que detém a maior quantidade de exemplares de fósseis de diferentes dinossauros do Período Triássico, (de 250 a 199 milhões de anos).

Entre os dinossauros gaúchos e agudenses, encontrados estão o *Sacisaurus* agudoensis; *Pampadromaeus barberenai; Macrocollum Itaquii; Erythovenator"* jacuiensis. " Além de dinossauros também foram descobertos outros vertebrados fósseis, tais como: o Exaeretodon e o Trucidocynodon que eram



cinodontes, isto é, animais com "dois dentes de cão" ou ainda o Rincossauro, réptil herbívoro pertencente à linhagem ancestral dos crocodilos e das aves.

Os fósseis encontrados em Agudo estão salvaguardados no Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica da Universidade Federal de Santa Maria, instituição responsável pelas pesquisas, publicações e divulgação do patrimônio paleontológico de toda região da Quarta Colônia (RS).

As descrições técnicas dos fósseis coletados já foram publicadas em renomadas revistas científicas internacionais e nacionais, além de terem sua descoberta veiculada em programas de televisão aberta, como Jornal Nacional, Fantástico e outros. Agora, cabe também ao poder público envidar esforços para que tais descobertas tenham mais e mais visibilidade.

Nosso projeto de lei, ao denominar o município gaúcho de Agudo, com o título de Berço Nacional dos Dinossauros, tem por objetivo chamar a atenção da comunidade científica nacional e de todos os brasileiros para a importância destes achados.

Consideramos importante salientar que conforme o Inciso V do Art. 216 da Constituição Federal os fósseis encontrados no território brasileiro fazem parte de nosso patrimônio cultural. O estudo dos fósseis permite a compreensão da evolução da vida na Terra e consequentemente a nossa própria história.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputado GIOVANI CHERINI

2021-2432



### LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL Seção de Legislação Citada - SELEC

# CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

#### **PREÂMBULO**

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional
Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos
sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a
justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos,
fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução
pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da
República Federativa do Brasil.
TÍTULO VIII
DA ORDEM SOCIAL
DIT ONDER GOODLE
CAPÍTULO III
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO
G ~ W
Seção II
Da Cultura

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I as formas de expressão;
- II os modos de criar, fazer e viver;
- III as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
- § 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
- § 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

- § 3° A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.
  - § 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.
- § 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.
- § 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:
  - I despesas com pessoal e encargos sociais;
  - II serviço da dívida;
- III qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (*Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003*)
- Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.
- § 1º O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelos seguintes princípios:
  - I diversidade das expressões culturais;
  - II universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
  - III fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
- IV cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
- V integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
  - VI complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
  - VII transversalidade das políticas culturais;
  - VIII autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
  - IX transparência e compartilhamento das informações;
  - X democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
  - XI descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;
- XII ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.
- § 2º Constitui a estrutura do Sistema Nacional de Cultura, nas respectivas esferas da Federação:
  - I órgãos gestores da cultura;
  - II conselhos de política cultural;
  - III conferências de cultura;
  - IV comissões intergestores;
  - V planos de cultura;
  - VI sistemas de financiamento à cultura;
  - VII sistemas de informações e indicadores culturais;
  - VIII programas de formação na área da cultura; e
  - IX sistemas setoriais de cultura.
- § 3º Lei federal disporá sobre a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, bem como de sua articulação com os demais sistemas nacionais ou políticas setoriais de

governo.

§ 4º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias. (Artigo acrescido pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012)

### Seção III Do Desporto

- Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:
- I a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;
- II a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;
  - III o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;
  - IV a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.
- § 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.
- § 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3° O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social.	
	•••
	• • •

### PROJETO DE LEI Nº 1.313, DE 2021

Confere ao Município de Agudo-RS a denominação de Berço Nacional dos Dinossauros.

Autor: Deputado GIOVANI CHERINI

Relatora: Deputada BIA KICIS

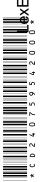
### I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.313, de 2021, da autoria do Deputado Giovani Cherini, que conferi ao Município de Agudo, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Berço Nacional dos Dinossauros.

A proposição obedece ao regime ordinário de tramitação, sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões. Foi distribuída, para análise de mérito, à Comissão de Cultura e, para efeitos do art. 54 do Regimento Interno, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Transcorrido o prazo regimental, o projeto não recebeu emendas no âmbito desta Comissão de Cultura.

É o relatório.





#### II - VOTO DA RELATORA

O projeto em análise, em sua justificação, apresenta denso conjunto de razões para o reconhecimento do Município de Agudos-RS como berço nacional dos dinossauros. O texto bem destaca que "pouca gente no mundo sabe e que todos os brasileiros merecem saber, é que no município de Agudo, localizado na Depressão Central Gaúcha e distante 240 km de Porto Alegre, foram encontrados fósseis de alguns dos mais antigos dinossauros do mundo. Na verdade, ao lado de nosso vizinho, a Argentina, somos o país (e no caso do RS, a unidade da federação) que detém a maior quantidade de exemplares de fósseis de diferentes dinossauros do Período Triássico, (de 250 a 199 milhões de anos).

#### E acrescenta:

"Os fósseis encontrados em Agudo estão salvaguardados no Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica da Universidade Federal de Santa Maria, instituição responsável pelas pesquisas, publicações e divulgação do patrimônio paleontológico de toda região da Quarta Colônia (RS)".

Ao final, a proposição resume a intenção da iniciativa:

"Ao denominar o município gaúcho de Agudo, com o título de Berço Nacional dos Dinossauros, tem por objetivo chamar a atenção da comunidade científica nacional e de todos os brasileiros para a importância destes achados".

Não há dúvida, portanto, de que, quanto ao mérito, a proposta deve ser acolhida. Cabe, porém, propor um pequeno ajuste no texto, com o objetivo de evitar qualquer tipo de questionamento, uma vez transformado em norma jurídica.

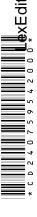
Com efeito, há uma contradição entre a ementa e o teor do art. 1º do projeto. A ementa se refere 'a denominação de', enquanto o art. 1º menciona 'título de'. Esta última expressão é a adequada. De fato, a denominação do Município é Agudos. Ao utilizar o termo 'denominação' em sua ementa, pode ser entendido que o projeto estaria propondo alteração na própria denominação do Município. E, na realidade, a intenção da proposição é conferir ao Município o título de Berço Nacional dos Dinossauros, como atesta o próprio art. 1º do projeto.





Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputada BIA KICIS Relatora





## PROJETO DE LEI Nº 1.313, DE 2021

Confere ao Município de Agudo-RS a denominação de Berço Nacional dos Dinossauros.

## EMENDA Nº

Acrescente-se ao art. do projeto a seguinte expressão:

Substitua-se, na ementa do projeto, a expressão "a denominação" pela expressão "o título".

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputada BIA KICIS Relatora







## PROJETO DE LEI Nº 1.313, DE 2021

### III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Cultura, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação, com emenda, do Projeto de Lei nº 1.313/2021, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Bia Kicis.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Aliel Machado - Presidente, Jandira Feghali e Tarcísio Motta - Vice-Presidentes, Alfredinho, Alice Portugal, Benedita da Silva, Capitão Augusto, Defensor Stélio Dener, Douglas Viegas, Lídice da Mata, Marcelo Queiroz, Raimundo Santos, Bia Kicis, Erika Kokay, Flávia Morais e Nitinho.

Sala da Comissão, em 17 de abril de 2024.

Deputado ALIEL MACHADO Presidente





# PROJETO DE LEI Nº 1.313, DE 2021

Confere ao Município de Agudo-RS a denominação de Berço Nacional dos Dinossauros.

### EMENDA ADOTADA PELA COMISÃO Nº 1

Acrescente-se ao art. do projeto a seguinte expressão:

Substitua-se, na ementa do projeto, a expressão "a denominação" pela expressão "o título".

Sala da Comissão, em 17 de abril de 2024.

Deputado ALIEL MACHADO Presidente



